



MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA
ESTADO DO PARANÁ
GESTÃO 2025/2028

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente processo visa a contratação integrada de bens e serviços para a Prefeitura de Nova América da Colina. Tal contratação envolve a aquisição de uma solução tecnológica que abrange o fornecimento de um link dedicado de acesso à internet via fibra óptica IP direto, bem como a prestação de serviços relacionados à instalação, configuração, manutenção, e operacionalização desta solução, incluindo a construção de uma rede de comunicação dedicada exclusivamente para o uso do município.

1.2. Estabelece-se para esta contratação um prazo total de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado. Tal decisão não é arbitrária ou desprovida de reflexão. Em primeiro lugar, essa amplitude temporal alinha-se à natureza contínua do serviço, permitindo que a Prefeitura de Nova América da Colina usufrua de uma conectividade estável e de alta qualidade durante um período significativo. Além disso, ao considerarmos a complexidade técnica e operacional do objeto, a extensão do prazo se justifica plenamente, pois se reconhece a necessidade de uma janela de tempo mais alargada para eventuais ajustes, manutenções e otimizações.

1.2.1. Ao nos debruçarmos sobre a lei 14.133/21, e em específico, o Art. 106, identificamos claramente a permissão para celebração de contratos que perdurem por até 5 (cinco) anos quando nos encontramos diante de fornecimentos ou serviços de caráter contínuo. Isso nos oferece um respaldo legal para o prazo definido anteriormente.

1.2.2. Contudo, é imperativo, na esteira da busca pela eficiência administrativa e resguardo do interesse público, que se estabeleçam mecanismos claros para uma eventual prorrogação. Assim, a prorrogação do contrato será sempre considerada uma possibilidade, jamais uma certeza automática. Sua concretização dependerá de uma série de fatores: a continuidade da necessidade de tais serviços/bens, a satisfação com a execução do contrato até o momento, a vantajosidade econômica para a administração e, evidentemente, a conformidade com os limites e diretrizes estabelecidos em lei.

1.2.3. Tendo em vista que a contratação engloba não só a provisão do serviço, mas também a garantia de assistência técnica e manutenção, é crucial que a administração tenha um panorama claro das especificidades do objeto. A demanda não é apenas por internet, mas por uma conexão robusta, que suporte múltiplas operações em tempo real, desde videoconferências até operações que demandem grande volume de dados. Adicionalmente, a infraestrutura requerida para tal (cabos, equipamentos e instalações) possui uma longevidade considerável, justificando, assim, o prazo extenso do contrato.

1.3. Esta análise, embasada rigorosamente na legislação vigente e nas reais necessidades da administração pública, busca ser um pilar de sustentação para o contrato que se pretende celebrar. A transparência, a eficiência e a legalidade são valores inegociáveis nesse processo e foram meticulosamente observados na construção do presente documento.

1.4. Em anexo a este termo de referência, encontra-se a relação das coordenadas geográficas onde estão instaladas as câmeras de segurança e os pontos de intranet atualmente em operação.



MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA
ESTADO DO PARANÁ
GESTÃO 2025/2028

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Prefeitura de Nova América da Colina, como núcleo administrativo de uma municipalidade em evolução constante, tem enfrentado desafios crescentes relacionados à sua capacidade de se comunicar, processar informações e entregar serviços de qualidade. Na era digital, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são a espinha dorsal de qualquer entidade administrativa, determinando em grande medida sua eficácia operacional e sua capacidade de responder adequadamente às necessidades dos cidadãos.

2.2. Os fundamentos que justificam uma robusta contratação tecnológica estão intrinsecamente ligados à necessidade de manter a administração não apenas atualizada, mas à frente em termos de inovação e capacidade de resposta ao público. A administração pública, como guardiã do bem-estar da população, não pode estar em desvantagem tecnológica. O acesso à internet de alta qualidade e confiabilidade não é mais um luxo, mas uma exigência incontestável para qualquer organização que deseja atuar com competência no século XXI. Além de se alinhar à necessidade pública de transparência, agilidade e eficácia, esta contratação visa solidificar a posição do município como um modelo de modernidade e eficiência no panorama nacional.

2.3. Para a Prefeitura, a demanda por serviços de internet de alta qualidade não é uma mera exigência técnica, mas sim uma necessidade vital. Não se trata apenas de ter uma conexão para enviar e-mails ou navegar na web. É sobre a capacidade de gerenciar fluxos de dados em tempo real, conectar departamentos distantes, facilitar o teletrabalho, implementar sistemas avançados de vigilância, e garantir que cada aplicativo e plataforma digital funcione sem falhas.

2.4. A atual infraestrutura de internet da Prefeitura apresenta lacunas críticas. A banda larga, que outrora poderia ter sido considerada adequada, hoje não mais atende às evoluções tecnológicas dos sistemas utilizados pela administração e aos serviços prestados ao público, retardando processos, dificultando comunicações e comprometendo a eficiência, pilar central da administração pública. A integração de serviços municipais, a capacidade de resposta a emergências, a comunicação com outras entidades governamentais e até mesmo a interação rotineira com os cidadãos podem se comprometer caso não ocorra a modernização do atual sistema. Este cenário tecnologicamente deficiente não apenas retarda o progresso, mas também representa um custo oculto, quantificado em horas de trabalho perdidas, oportunidades desperdiçadas e, crucialmente, na deterioração da confiança do público.

2.5. Com a proposta de contratação, vislumbra-se a aquisição de um link de internet dedicado via fibra óptica de 600 Mbps, que não apenas eliminará as deficiências atuais, mas garantirá um salto quântico em termos de capacidade de resposta e potencial de inovação. A garantia de 100% da largura de banda contratada, somada à natureza simétrica da banda, é um testemunho palpável do compromisso da administração em reformular sua matriz tecnológica.

2.6. Do ponto de vista fiscal, otimizar a infraestrutura digital resulta em economias significativas. Atrasos devido a falhas de conexão, tempos de inatividade de servidores, atrasos na entrega de serviços e ineficiências operacionais associadas a conexões inadequadas podem resultar em custos diretos e indiretos. Uma infraestrutura de comunicação de ponta não é um custo, mas um investimento que gera retorno através de operações mais fluidas, melhores serviços públicos e maior satisfação do cidadão.



MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA
ESTADO DO PARANÁ
GESTÃO 2025/2028

2.7. A demanda por um serviço de internet de alta qualidade, acompanhada de uma rede de intranet robusta e versátil, não é uma mera conveniência, mas uma exigência estratégica. Esta contratação está alinhada com a visão da Prefeitura de Nova América da Colina de ser uma entidade administrativa moderna, eficiente e cidadã-centrada. Ela estabelece as bases para uma gestão pública mais informada, interativa e inovadora no futuro.

2.8. Os benefícios dessa contratação vão muito além do simples acesso à internet. Trata-se de uma revolução silenciosa que trará impactos profundos e duradouros:

2.8.1. Uma infraestrutura de internet superior permitirá uma tomada de decisão mais ágil, integração mais eficaz entre departamentos e uma resposta mais rápida às demandas do público.

2.8.2. Reduções substanciais em ineficiências operacionais, falhas de comunicação e retrabalho significarão uma economia considerável a longo prazo.

2.8.4. Uma administração mais ágil e eficiente reflete-se na satisfação do cidadão, fortalecendo a confiança no governo local, incentivando uma maior participação cívica e o contentamento com a administração do erário.

2.9. Em suma, a urgência e a imperatividade desta contratação não podem ser subestimados. Ao alavancar a infraestrutura tecnológica, a Prefeitura de Nova América da Colina não apenas resolverá desafios imediatos, mas também pavimentará o caminho para um futuro mais promissor, conectado e inovador. A contratação, assim, não é apenas uma decisão administrativa, mas um compromisso com o futuro do município e de seus cidadãos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Dentro do vasto panorama das necessidades inerentes à moderna administração pública, a Prefeitura de Nova América da Colina identificou um imperativo de renovação e fortalecimento de sua infraestrutura tecnológica. Para adentrar em uma era de modernização e conectividade, essa transformação não é apenas desejável, mas essencial.

3.2. A solução proposta é muito mais do que uma simples implementação de uma conexão de internet; ela é uma manifestação do compromisso da administração com a excelência em serviços públicos. Ao optar por uma fibra óptica robusta, estamos falando de uma revolução em termos de capacidade de transferência de dados, minimização de latência e, o mais importante, garantia de um serviço contínuo e ininterrupto. A velocidade de 800 Mbps simétricos, tanto para upload quanto para download, não é uma característica aleatória. Ela foi meticulosamente escolhida para garantir que, independentemente da demanda, a prefeitura possa operar sem atrasos ou interrupções.

3.3. Não se trata apenas de velocidade. A garantia de 100% da banda contratada é uma promessa de consistência. No mundo volátil das conexões de internet, onde picos de tráfego podem causar interrupções, essa garantia é um testemunho da robustez da solução. Em uma era onde serviços digitais, desde videoconferências até a transferência massiva de dados, são o padrão, essa robustez é a diferença entre um serviço que funciona e um que se destaca.



MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA
ESTADO DO PARANÁ
GESTÃO 2025/2028

3.4. A versatilidade proporcionada ao permitir a exploração de serviços como servidores web, e-mail e VoIP não é um luxo, mas uma necessidade. À medida que o mundo avança para uma era pós-pandêmica, a dependência de soluções digitais, especialmente na administração pública, é mais crucial do que nunca.

3.5. No entanto, a solução não para na mera conexão à internet. A rede de intranet é outro pilar dessa transformação. Em termos simples, pode parecer uma rede privada, mas na prática, representa a espinha dorsal do sistema de monitoramento municipal. Com uma estratégia adaptável que possibilita a expansão, a prefeitura garante flexibilidade. As necessidades e configurações podem mudar, e a infraestrutura proposta está preparada para essas variações.

3.6. Esta infraestrutura não é estática, é adaptável, resiliente e projetada para evoluir, a instalação, configuração e manutenção, todas inclusas, garantem que os pontos de intranet possam ser ajustados conforme necessário, garantindo eficiência no uso dos recursos públicos. Além disso, a privacidade e segurança são mantidas em primeiro plano, garantindo que os dados sensíveis da administração pública e dos cidadãos estejam protegidos.

3.7. O compromisso com o fornecimento de endereços IPV4 dedicados e suporte 24x7x365 sublinha a profundidade do planejamento. A era digital não conhece horários ou feriados, e a solução proposta reconhece isso. Com essa abordagem, a administração não apenas se posiciona à frente de muitos de seus contemporâneos, mas também pavimenta o caminho para um futuro onde a tecnologia e a governança avançam de forma delineada.

3.8. Finalmente, é fundamental reconhecer que todo este projeto foi concebido com um rigor meticuloso e em perfeita harmonia com os princípios da Lei 14.133/21. Esta não é apenas uma solução tecnológica, mas uma demonstração de compromisso com a transparência, eficiência e qualidade. É uma combinação de visão de futuro com a necessidade atual, uma fusão de aspiração e pragmatismo. Em suma, esta é uma solução completa, projetada para elevar o município ao próximo nível da administração pública na era digital.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO INCLUINDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

4.1. No cerne de qualquer contratação governamental bem-sucedida está a compreensão profunda dos requisitos técnicos e funcionais, que formam a base sobre a qual a solução será construída.

4.2. O objeto desta contratação deverá atender aos seguintes requisitos técnicos:

4.2.1. Capacidade de Integração: O objeto deve ser capaz de se integrar com sistemas existentes, permitindo uma transferência de dados contínua e segura.

4.2.2. Escalabilidade: Dada a natureza em evolução das demandas do governo e da população, é vital que o objeto seja escalável, adaptando-se a cargas de trabalho crescentes.

4.2.3. Segurança: Proteção contra ataques cibernéticos, perda de dados e falhas no sistema.

4.2.4. Acessibilidade: Conformidade com padrões globais de acessibilidade, garantindo que todos os cidadãos possam utilizar os serviços sem barreiras.



MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA
ESTADO DO PARANÁ
GESTÃO 2025/2028

4.3. Os requisitos funcionais incluem:

4.3.1. Manutenibilidade: Capacidade de realizar atualizações e correções sem interrupções significativas.

4.3.2. Desempenho: Tempo de resposta rápido e alta disponibilidade.

4.4. Requisitos de Qualidade:

4.4.1. No que tange à qualidade, o objeto da contratação deve aderir a padrões rigorosos. O fornecedor deverá:

4.4.1.1. Ter certificações pertinentes ao objeto contratado, demonstrando excelência em sua área de atuação.

4.4.1.2. Garantir a durabilidade e robustez do objeto, assegurando que ele funcione adequadamente durante todo o seu ciclo de vida.

4.5. Requisitos Legais e Regulatórios:

4.5.1. Conformidade legal não é negociável. O fornecedor e o objeto devem aderir estritamente:

4.5.1.1. A todas as leis federais, estaduais e municipais pertinentes à sua atuação e ao objeto contratado.

4.5.1.2. Normas e regulamentações específicas do setor, garantindo a legalidade em todos os aspectos da contratação.

4.5.1.3. Adoção de protocolos éticos, respeitando direitos trabalhistas, propriedade intelectual e demais legislações correlatas.

4.6. Em suma, a contratação deste objeto visa não apenas atender a uma demanda imediata, mas fazê-lo de maneira ética, eficiente, sustentável e de alta qualidade. É uma ação que, embora tenha efeitos imediatos, é feita com um olhar voltado para o futuro, considerando as gerações que virão após nós.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Após a assinatura do contrato e a emissão da nota de empenho, a empresa vencedora deve iniciar a mobilização de seus recursos para garantir a entrega oportuna dos produtos solicitados. O prazo máximo para início da entrega dos itens é de 30 dias após a assinatura do contrato, com o objetivo de evitar qualquer interrupção nas operações dos departamentos municipais.

5.2. A empresa contratada deve apresentar um cronograma detalhado das atividades e marcos de entrega, com prazos claros e mensuráveis. Os itens devem ser entregues em fases, de acordo com a necessidade e a urgência dos departamentos municipais. Espera-se que a empresa contratada cumpra todos os prazos acordados, a fim de garantir a continuidade dos serviços prestados à população.



MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA
ESTADO DO PARANÁ
GESTÃO 2025/2028

5.3. A Administração Pública Municipal designará servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato. Estes servidores irão monitorar o desempenho do contrato através de indicadores de desempenho como a pontualidade das entregas, a qualidade dos produtos e a eficiência na solução de eventuais problemas.

5.4. A comunicação entre a Administração e a empresa contratada será realizada através de canais formais, incluindo e-mail e reuniões presenciais ou virtuais. Espera-se que a empresa contratada apresente relatórios, detalhando as atividades, as entregas realizadas e quaisquer problemas encontrados e suas respectivas soluções, quando necessário.

5.5. A Administração Pública Municipal poderá realizar uma avaliação trimestral do desempenho do contrato, a fim de identificar oportunidades de melhorias e ajustes. Esta avaliação considerará os indicadores de desempenho estabelecidos, a satisfação dos usuários e os resultados alcançados. Com base nessa avaliação, serão feitas recomendações para ajustes no contrato, se necessário, para garantir que os resultados pretendidos sejam alcançados de maneira eficiente e eficaz.

5.6. Fiscal do Contrato: Claudinei Costa.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. No cenário de contratações governamentais, o ato de gerenciar contratos não é apenas uma questão de seguir uma série de etapas, mas um compromisso sério de maximizar a eficiência, garantir a transparência e cumprir com os regulamentos legais. A gestão eficaz do contrato assegura que os recursos públicos são gastos de forma prudente e que o contrato entrega os resultados esperados.

6.2. Estabelecer indicadores claros e mensuráveis é a chave para garantir que o contrato atenda às suas intenções. Os indicadores não devem ser vagos, mas específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporizáveis (SMART).

6.3. Indicador de Entrega no Prazo (IEP): Mede a percentagem de entregas realizadas dentro do prazo acordado. Meta proposta: 95% das entregas no prazo.

6.4. Indicador de Conformidade Técnica (ICT): Avalia a proporção de entregas que atendem às especificações técnicas. Meta proposta: 98% de conformidade técnica.

6.5. Indicador de Satisfação do Cliente (ISC): Através de pesquisas regulares, medirá o grau de satisfação do cliente com relação ao contrato. Meta proposta: 90% de satisfação ou superior.

6.6. Indicador de Eficiência de Resposta (IER): Medirá o tempo médio de resposta a consultas, queixas ou problemas. Meta proposta: 2 horas ou menos.

6.7. Penalidades: As penalidades devem ser claramente estipuladas no contrato. Estas podem variar desde multas monetárias, suspensão temporária até a rescisão do contrato. Por exemplo, atrasos na entrega podem resultar em multas diárias, enquanto violações graves, como fraude, podem resultar na rescisão imediata do contrato.



MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA
ESTADO DO PARANÁ
GESTÃO 2025/2028

6.8. Revisões e Auditorias: Recomenda-se que revisões sejam realizadas pelo Fiscal do Contrato para avaliar a saúde da solução contratada.

6.9. Em conclusão, a gestão de contratos no setor público é uma tarefa intrincada que exige uma abordagem metódica e estruturada. Estabelecer responsabilidades claras, definir indicadores de desempenho tangíveis, resolver conflitos de maneira justa e eficaz e manter uma comunicação aberta são elementos cruciais para garantir que o contrato seja executado com êxito, maximizando o valor para o público e mantendo a integridade e a transparência em todo o processo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Para estabelecer uma estrutura sólida e transparente sobre a medição e o pagamento, torna-se imperativo abordar a complexidade intrínseca da contratação de serviços em constante evolução, como os relacionados à infraestrutura de internet e intranet. A variabilidade de demandas conforme a expansão do município e as necessidades emergentes só fazem ressaltar a necessidade de um planejamento estratégico e metódico.

7.2. Considerando a natureza flexível da demanda de intranet, propomos um modelo de pagamento modular. O pagamento será efetuado com base na utilização real dos pontos de intranet. Esta abordagem alinha os custos diretamente com a utilização, proporcionando uma estrutura de custo escalável e evitando despesas desnecessárias.

7.3. Embora a previsão inicial seja de 228 pontos anual a previsão final do contrato (60 meses) poderá ser de 1.140 pontos ao longo de 5 anos, reconhece-se que esta é uma mera estimativa. Portanto, os pagamentos serão flexíveis para acomodar variações na demanda, nunca ultrapassando 30 pontos mensais.

7.4. A verificação da viabilidade de inserção de uma cláusula que permita modificações contratuais em função do aumento ou diminuição na demanda de pontos de intranet. Esta cláusula garantirá que ambas as partes estejam protegidas contra variações imprevistas e que o contrato possa ser adaptado conforme necessário.

7.5. É fundamental estabelecer mecanismos que protejam ambas as partes contra variações extremas na demanda. Ao incluir um teto de 30 pontos e um piso de 1 ponto link administrativo, garantimos que a empresa contratada receba um mínimo garantido pela mensalidade de cada ponto, mas também garantimos que o município não seja excessivamente cobrado.

7.6. Em conclusão, a estruturação de critérios de medição e pagamento, especialmente em contratos com variáveis dinâmicas, requer uma abordagem equilibrada de flexibilidade e rigor. Estabelecendo claramente as expectativas, documentando metódicamente as transações e adaptando-se proativamente às mudanças, podemos garantir uma relação contratual frutífera e eficaz.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR



MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA
ESTADO DO PARANÁ
GESTÃO 2025/2028

8.1. O processo de seleção de fornecedores é um dos pilares centrais para a viabilização bem sucedida de qualquer projeto ou aquisição por parte da Administração Pública. A adoção de uma estratégia rigorosa e transparente garante a integridade, economicidade e eficácia desse processo, assegurando a obtenção do melhor valor para o dinheiro público e a satisfação das necessidades institucionais.

8.2. Dada a natureza do objeto e a expectativa de valor significativo da contratação, a modalidade adequada seria o Pregão Eletrônico, que é indicada para valores mais altos e permite uma ampla participação de licitantes. Este método promove uma ampla competição e é adequado para contratos de maior complexidade.

8.3. O equilíbrio entre a qualidade técnica e o custo é essencial em contratos de infraestrutura de intranet. Portanto, o critério de "Técnica e Preço" pode ser o mais indicado. Ele considera tanto a capacidade técnica da proposta (qualidade, metodologia, expertise) quanto o valor proposto, permitindo uma avaliação holística das propostas.

8.4. Qualificação Técnica: Portfólio de projetos similares; Certificações técnicas relevantes ao objeto; atestados de capacidade técnica emitidos por entidades ou empresas reconhecidas.

8.5. Vantajosidade: Avaliar a proposta que traz o maior benefício para a Administração, considerando tanto o preço quanto outros fatores, como prazo, condições de pagamento, etc.

8.6. Garantir que a proposta selecionada represente o menor custo para a Administração, sem sacrificar a qualidade e o atendimento dos requisitos técnicos.

8.7. Em suma, a estratégia adotada para a seleção de fornecedores deve ser robusta e abrangente, garantindo a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, sempre em consonância com a Lei 14.133/2021. É fundamental que cada etapa do processo seja conduzida com a máxima transparência, integridade e eficácia para assegurar o melhor resultado para a Administração e para a sociedade.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).



MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA
ESTADO DO PARANÁ
GESTÃO 2025/2028

9.3.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei 14.133/21, art. 121, caput).

9.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

9.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

9.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.10. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

10.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e



MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA
ESTADO DO PARANÁ
GESTÃO 2025/2028

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

10.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.8. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.9. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

10.9.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.9.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional. 10.9.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.9.5. Prova de regularidade com a Corregedoria-Geral da Justiça e Trabalho (CNDT)



MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA
ESTADO DO PARANÁ
GESTÃO 2025/2028

11. DO PAGAMENTO.

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 15 dias, contados a partir da aceitação dos bens recebidos, junto à nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO.

| LOTE | ITEM | NOME DO PRODUTO/SERVIÇO | QUANTIDADE | UNIDADE | PREÇO MÁXIMO | PREÇO MÁXIMO TOTAL |
|------|------|---|------------|---------|--------------|--------------------|
| 1 | 1 | Fornecimento de link dedicado de acesso à internet via “fibra óptica” IP direto de 800 Mbps de velocidade - garantia 100% da banda contratada, banda simétrica 800 Mbps de download e 800 Mbps de upload sem filtros permitindo explorar serviços como servidores web, e-mail, VoIP e outros, permitindo tráfego em tempo real (voz e vídeo), disponibilização de 4 endereço IPV4 (endereço válido), dedicado, atendimento 365x24x7, serviço de instalação, inclusos todos os cabos necessários para instalação, sendo materiais e serviços | 12 | MÊS | R\$2.940,35 | R\$35.284,20 |
| | | Prestação de serviços mensal através de fibra óptica, do tipo L2L = transporte LAN to LAN, para os departamentos públicos, instalada em sistema VLAN, com todos os materiais | 30 | UND. | R\$79,30 | R\$2.379,00 |



MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA
ESTADO DO PARANÁ
GESTÃO 2025/2028

| | | | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|
| | | incluídos, sem filtros permitindo explorar serviços como servidores web, email, VOIP e outros, permitindo tráfego em tempo real (voz e vídeo) nos locais indicados. A quantidade de pontos de instalação pode variar mensalmente conforme a necessidade de ampliação da rede de monitoramento durante a vigência do contrato, entre 18 e 30 pontos. | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|

Nova América da Colina, 19 de março de 2025

Kassio Alexandre da Silva Basso
Secretária Municipal de Administração e Planejamento